



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022  
ISSN 2177-3866

## **Diálogos Entre Turismo e Economia Solidária nas Instituições de Ensino Superior Públicas Fluminenses**

**BÁRBARA ANASTÁCIA WAGNER TELES**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

**CARLYLE TADEU FALCÃO DE OLIVEIRA**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UERJ)

**SUSANA IGLESIAS WEBERING**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)

Agradecimento à orgão de fomento:

Não há.

# **Diálogos Entre Turismo e Economia Solidária nas Instituições de Ensino Superior Públicas Fluminenses**

## **1. Introdução**

O turismo foi concebido no paradigma capitalista e assim, seu desenvolvimento ao longo dos anos teve foco no aspecto econômico, sobretudo na relação entre produto e consumidor. Embora seja considerado um fenômeno de grande relevância, a restrição a esse paradigma limita formas capazes de compreender sua complexidade e dinamismo dentro da sociedade contemporânea (PINTO; MOESCH, 2005).

Por outro lado, novos conceitos marcam uma discussão mais humana e social sobre o turismo como o turismo comunitário, ecoturismo, turismo ecológico e turismo justo, ou seja, novos modelos que fomentam a atividade turística como instrumento de desenvolvimento local sob premissas de sustentabilidade (MORALEDA; MAZÓN; IZQUIERDO, 2016). Esses novos modelos aparecem em oposição ao turismo convencional e atendem a algumas características convergentes ao movimento em resistência à lógica dominante por meio de uma economia baseada mais na cooperação e menos na competição, sobretudo ao considerar o turismo de base comunitária (CONTI; ANTUNES, 2020). É válido ressaltar que o cenário recente da pandemia Covid-19 impactou seriamente a atividade turística e por isso essas formas de turismo podem se tornar uma nova alternativa para a retomada do desenvolvimento turístico. (FIGUEIRA et al, 2020).

Esses novos segmentos turísticos convergem com os princípios do movimento de Economia Solidária como a solidariedade, a sustentabilidade e a primazia da pessoa humana (SINGER, 2002). O Plano Nacional de Economia Solidária (PNES) de 2015 também estabelece esta relação, além do papel das universidades via a tríade: ensino, pesquisa e extensão. O Estado do Rio de Janeiro instituiu uma política pública voltada especificamente ao Turismo Comunitário que considera explicitamente a Economia Solidária como fundamento (RIO DE JANEIRO, 2018).

### **1.2 Problema de pesquisa e objetivos**

Dessa forma, este trabalho procurou responder à seguinte questão: de que maneira os cursos superiores de Turismo das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Estado do Rio de Janeiro dialogam com os princípios da Economia Solidária?

O objetivo do trabalho é apresentar os diálogos travados entre o Turismo e Economia Solidária, tendo como palco os cursos superiores de turismo das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do estado do Rio de Janeiro. Procurou-se, inicialmente, limitar o trabalho aos cursos das IES públicas devido ao seu comprometimento com a tríade pesquisa-ensino-extensão (FRATUCCI; PLATAIS, 2013). A pesquisa é qualitativa e se dividiu em algumas etapas: bibliográfica, documental e de campo.

## **2. Fundamentação Teórica**

### **2.1 Economia solidária**

Sobre o tema Economia Solidária – independentemente da terminologia, Economia Social, Ecosocioeconomia, Socioeconômica Solidária e Economia do Trabalho – há um consenso de que se trata de “organizações de cunho econômico e social que buscam estabelecer relações solidárias, democráticas e equitativas, movendo-se não apenas para alcançar resultados econômicos, mas também sociais, políticos, culturais e formativos” (PINHEIRO; PAULA, 2015, p.25).

A Economia Solidária engloba novas formas de atuação diferentes das encontradas no modo de produção e comercialização capitalista, já que traz como proposta um novo padrão de desenvolvimento humano, por ter como finalidade a realização de objetivos sociais em detrimento do acúmulo de capital (SINGER, 2002; PAULA et al., 2011). Ou seja, as práticas

desse modo de produção são calcadas “em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular” (GOMES et al., 2007, p.37).

Na concepção da Economia Solidária, trabalho e capital se encontram fundidos, tendo em vista que todos que trabalham são proprietários da empresa, diferentemente do modo de produção capitalista em que a propriedade e poder mandatório e se concentram nas mãos de poucos – proprietários dos meios de produção – e sua premissa básica é a maior obtenção de lucro (SINGER, 2002).

Silva e Carvalho Filho (2018) ressaltam que as ideias acerca da definição de Economia Solidária - que inclusive se aproximam de conceitos existentes em documentos oficiais, tanto do movimento organizado, como do governo – acabam se centrando, muitas vezes, em uma dimensão mais econômica sem traduzir todo seu caráter sociopolítico, “que a fundamenta como estratégia para pensar e fazer processos de desenvolvimento local, comunitário, territorial, em bases justas, solidárias e sustentáveis” (SILVA; CARVALHO FILHO, 2018, p. 153).

Sobre a Economia Solidária e suas contradições, “quanto ao conceito se apresentam quando o tema é tratado na perspectiva de ser ou não um projeto de ruptura ao sistema capitalista, ou na perspectiva de como esses processos podem ser operacionalizados (pelo Estado ou por redes solidárias autônomas)” (PAULA et al, 2011, p.328). A divergência na literatura sobre Economia Solidária, sobretudo quando se considera o Brasil, se expressa nas perspectivas enquanto movimento social, programa ou modelo econômico. Apesar disso, de maneira geral, os pontos de convergência entre essas visões acabam permitindo que sejam elencados alguns princípios, entre eles: a solidariedade, a autogestão, a democracia e a cooperação (LEAL; RODRIGUES, 2018).

É urgente a necessidade de uma educação e práticas que animem a cooperação e não a competição, insustentável para a vida humana e a natureza (WEBERLING, 2020). No contexto brasileiro, é um potencial que pode contribuir (GOMES et al, 2007, p. 11-12): no combate à exclusão social e às desigualdades materiais; na articulação entre consumo solidário, produção, comercialização e finanças, do nível local ao global; com o bem comum, melhoria da qualidade de vida e do trabalho, respeitando o meio ambiente.

## 2.2 Turismo

As definições do turismo se apresentam mais simples ou complexos, identificando, de maneira geral, um elemento dinâmico – que assume o nome de viagem – e um elemento estático – a estada (Barretto, 2006). De acordo com Barretto (2006), ainda, alguns aspectos devem ser levados em consideração: o tempo de permanência, o caráter não lucrativo da visita e a procura do prazer por parte dos turistas. “Tempo, espaço e volume são as categorias utilizadas para determinar os conceitos tradicionais no campo do Turismo. Isto é fruto do capitalismo, que determinou categorias rígidas e objetivas, dentro de uma visão reducionista, a econômica, para conceituar o Turismo” (PINTO; MOESCH, 2005, p.03).

A pluralidade de definições e conceitos atrelados ao turismo revela um vasto referencial teórico existente, seja quando sua abordagem parte da perspectiva de prática social, seja como área de conhecimento (BARRETTO, 2006). Grande parte dos autores defende que o surgimento do turismo tal qual é compreendido nos dias de hoje tenha ocorrido a partir do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial (FELIX, 2013). “A partir da sociedade industrial, o turismo passou a ocupar espaço na produção espacial e na produção dos cientistas sociais” (CORIOLANO, 2006, p. 29).

Nesse sentido, tendo em vista a perspectiva acadêmica, os estudos pioneiros do turismo acabaram revelando um paradigma economicista (FELIX, 2013). Barreto (2006) exemplifica essa visão a partir da definição de Hermann von Schullern zu Schattenhofen, no ano de 1911, que entendia o turismo como um conceito que compreende todos os processos, sobretudo

econômicos, desde a chegada, a permanência e saída do turista em determinado município, estado ou país.

Embora mais de um século tenha se passado e alguns estudos tenham incorporado o fator social – com correntes retratando o fenômeno do ponto de vista cultural, socioespacial e ambiental – a perspectiva economicista ainda predomina, tanto nos discursos do setor público quanto do setor privado, em organizações internacionais como a Organização Mundial do Turismo (OMT) e o World Travel & Tourism Council (WTTC) (FELIX, 2013).

Nesse sentido, Fortunato (2014) busca desenvolver um conceito para o chamado “Turismo Solidário”. Em suas pesquisas, identificou o termo frequentemente associado ao mercado turístico, mas com pouco aprofundamento acadêmico. Sendo assim, ao longo da formulação desta definição, sinalizou alguns aspectos, entre eles, a premissa de que não reduziria seu significado a uma tipologia do turismo – como o caso do turismo rural – as convergências de ideias com o turismo sustentável e o próprio turismo comunitário bem como a noção de que o princípio de solidariedade “antecede a formação de qualquer tipo de comunidade. Pensar em comunidades e sustentabilidade, portanto, envolve necessariamente o olhar proposto pela noção de solidariedade” (FORTUNATO, 2014, p.69).

Esse autor sistematizou sua conceituação em “6V’s” que de maneira geral sugerem: **V**isitação a partir de roteiros baseados nos saberes locais; **V**ivências por meio da troca de experiências entre turistas e comunidade com aumento no nível de intimidade; **V**endas e necessidade de estratégia de marketing específica que reconheça o perfil do turista; **V**eiculação que incorpora a responsabilidade social dos empreendimentos envolvidos; **V**alidação que consiste na reprodução da tecnologia social, onde o caso de Turismo Solidário passa a ser reconhecido como um caso de sucesso para determinado grupo de pessoas; e por fim, **V**ínculos que remetem a economia solidária e aos arranjos produtivos locais e indicam a importância em se pensar no desenvolvimento da região em detrimento dos anseios individuais.

Desse modo, esses vínculos propiciam a formação de redes, graças ao fortalecimento entre os agentes que atuam de forma direta e indireta no turismo, contribuindo para “o aumento dos trabalhos no campo da economia solidária, porque nesse campo pretende-se estreitar os vínculos entre os atores sociais que, até então, eram concorrentes” (FORTUNATO, 2014, p.85).

Da mesma forma, o Turismo de Base Comunitária (TBC) é conformado por “uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica” (IRVING, 2008, p.112). Tal iniciativa de base endógena resulta dessa dinâmica a qual “visitados” são protagonistas dentro do processo turístico, tal qual seus visitantes.

A base conceitual do TBC se contrapõe aos modelos hegemônicos, pois permite evidenciar o olhar do lugar – sítio simbólico (ZAOUAL, 2008) – possibilitando a construção de poder endógeno para que determinado grupo social seja capaz de autogerir-se, desenvolvendo assim, seu potencial econômico e social, buscando a sua melhoria contínua da qualidade de vida (IRVING, 2008).

Irving (2008, p.116) acrescenta que a condição fundamental para a existência do TBC consiste no “encontro” entre identidades, tendo em vista o compartilhamento e aprendizagem mútua. “Sem essa interação, a troca de valores não se efetiva e o ‘espaço da interação’ ganha contornos apenas circunstanciais”. Nesse sentido, “atores locais e turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos no processo” (IRVING, 2008, p.117).

Sobre os conceitos TBC e Turismo Solidário, entende-se que eles não se enquadram em uma tipologia de turismo, mas sim a um modelo de desenvolvimento alternativo ao modelo dominante (FORTUNATO, 2014; CORIOLANO; TAVARES, 2016), ou seja, “da mesma forma que as contradições do capitalismo criaram oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas baseadas na solidariedade e na autogestão, criaram também novas formas de se pensar e planejar o turismo” (CONTI; ANTUNES, 2020, p.111).

Conti e Antunes (2020) sinalizam que especificamente no Brasil, tanto o movimento de Economia Solidária quanto o de TBC possuem motivações em comum e assim constroem suas organizações representativas desde o início dos anos 2000 como enfrentamento dos efeitos do sistema dominante, relativos à competitividade acirrada, exclusão do mercado formal de trabalho, impactos socioambientais negativos, entre outros aspectos.

### 2.3 Ensino superior e Turismo

Historicamente, as universidades são reconhecidas por resguardarem os interesses das elites, mas também se apresentam como espaço que reflete as contradições do contexto social (MAZZILLI, 2009). O “Manifesto de Córdoba”, por exemplo, surgiu como crítica à elitização universitária, buscando reforçar o papel social desta instituição com propostas renovadoras às universidades latino-americanas, com ênfase “na incorporação da extensão universitária como meio que possibilita concretizar o compromisso da universidade com o povo e fazer dela um centro por excelência para o estudo dos grandes problemas nacionais” (MAZZILLI, 2009, p.22). Sobre a Reforma e o Manifesto de Córdoba, Lazier (2018) enfatiza a importância da comunidade acadêmica identificar a realidade e dialogar com os movimentos sociais e populares com a integração de diferentes saberes e construção da cidadania.

Entre as consequências desse movimento, tem-se a extensão reconhecida como missão das universidades em muitos países nos anos de 1920 a 1930. No Brasil, especificamente, a universidade surge de forma tardia e a extensão incorporada a ela se deu por meio de disputas acirradas de projetos de sociedade (SILVA; ANDRADE; MAZZILLI, 2010). O artigo 207 na Carta Constitucional de 1988 revela que “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988).

Apesar da incorporação dessa proposta à Constituição Brasileira, considerada a lei magna do país, a década de 1990 foi marcada pela influência neoliberal, o que corroborou com o recuo daquela perspectiva, materializada a partir da concepção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de número 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esse documento permitiu a inclusão de outros modelos de educação baseados apenas no ensino; por exemplo, a criação dos centros universitários, que prescindem da pesquisa, um recurso de legisladores para atender os interesses da iniciativa privada, visto que representam uma redução nos custos dessas instituições de ensino, o mesmo aconteceria com os Institutos Superiores de Educação. (SILVA; ANDRADE; MAZZILLI, 2010; MAZZILLI, 2011)

No Brasil, os cursos de turismo nasceram após a reforma universitária de 1968, promovida pelo Regime Militar, em resposta ao projeto desenvolvimentista do momento, e acabaram assumindo um papel profissionalizante em prol da formação de mão de obra para o setor no país (DENCKER, 2006; SOGAYAR; REJOWSKI, 2011). Pautados em uma lógica de mercado desenvolvimentista, esses cursos adquiriram inicialmente certa autonomia, sem haver definição certa da área a qual estariam atrelados, como ocorreu em outros países em que eram extensão dos cursos de geografia e administração, por exemplo. Os cursos de comunicação, por terem surgido sob a mesma justificativa dos de turismo, acabaram dividindo espaço com eles em seus departamentos (DENCKER, 2006).

Nesse contexto, em 1971 surge o primeiro curso de bacharelado em Turismo do país, de iniciativa privada, na cidade de São Paulo, na época denominada Faculdade do Morumbi - hoje conhecida como a Universidade Anhembi Morumbi. Dois anos mais tarde, surge o primeiro curso em uma instituição de ensino superior pública, a Universidade de São Paulo (USP) (SOGAYAR; REJOWSKI, 2011). Dessa forma, dois modelos de formação superior em turismo passaram a nortear a maioria dos cursos no país: “o da então Faculdade de Turismo do Morumbi, com foco na formação profissional voltado para o mercado; e o da USP, com foco na formação acadêmica com maior fundamentação nas ciências humanas e sociais” (SOGAYAR; REJOWSKI, 2011, p. 286).

A década de 1990 marcada pela estabilização econômica provocou uma procura desenfreada por produtos voltados ao turismo e lazer, acarretando assim, no aparecimento de novas habilitações para darem suporte a estas áreas. Com isso, houve um crescimento vertiginoso na oferta de cursos de turismo e hotelaria – embora estivessem fragmentados em ramos da hospitalidade como gestão, eventos, lazer e outros – que não acompanharam um incremento qualitativo em sua formação, comprometendo a qualidade dos profissionais formados. Estes, por sua vez, não foram absorvidos pelo mercado, resultando em uma queda na procura destes cursos já na década seguinte, resultando na redução da oferta de vagas por parte das instituições privadas (ANSARAH, 2002; SOGAYAR; REJOWSKI, 2011). As instituições públicas, por sua vez, passaram a abrir novos cursos de turismo em suas unidades (SOGAYAR; REJOWSKI, 2011).

De forma complementar, é válido ressaltar a disseminação de cursos na modalidade a distância, incentivados pela LDB de 1996, que inicialmente se voltaram a formação de pedagogos, mas que se expandiram para outros campos de estudos dentro dos IES de todo o país (BIELSCHOWSKY, 2017). Assim, cursos de turismo tanto oriundos de IES públicas quanto privadas também foram ofertados nessa modalidade de ensino, tal como o curso de Tecnologia de Gestão em Turismo, do CEFET/RJ, e os cursos de Licenciatura em Turismo, da UNIRIO e UFRRJ, todos no âmbito do Consórcio CEDERJ (CONSÓRCIO CEDERJ, 2021).

Tendo em vista a problemática das origens Turismo e o conhecimento produzido, seria fundamental uma epistemologia do Turismo que envolva cuidados teóricos decorrentes de um entendimento complexo sobre uma prática social que se dissemina de formas diferenciadas, “a partir de subjetividades infinitamente diversas e de vivências múltiplas dos sujeitos que as praticam, em territórios globalizados, o que é possível por uma visão interdisciplinar e hologramática” (BENI; MOESCH, 2017, p.431).

Dessa forma, percebe-se a necessidade de transcender as ideias hegemônicas sobre o turismo que se limitam a um padrão de desenvolvimento economicista, com a incorporação do pensamento crítico ao ensino, que inclua reflexões sobre problemas humanos e do meio ambiente, como parte de uma ordem funcional e estruturante que incide nele e na própria construção do seu conhecimento (PANOSSO NETTO; NECHAR, 2014).

Essa perspectiva vai ao encontro do papel das universidades como agente da transformação social, participando da construção de alternativas e apontando caminhos, por meio da tríade pesquisa, ensino e extensão de forma indissociável. As atividades de extensão, especificamente, devem colaborar na articulação entre universidades e sociedade de forma a estabelecer um processo mais interativo que possibilite a troca de saberes entre os diversos agentes sociais. Dessa forma, pode se estabelecer “um processo educativo ampliado, capaz de articular o ensino e a pesquisa com o cotidiano da sociedade e permitir que o estudante e o pesquisador possam experimentar a realidade e testar suas hipóteses na contemporaneidade” (FRATUCCI, PLATAIS, 2013, p. 430).

### **3. Metodologia**

A pesquisa se dividiu em algumas etapas: bibliográfica, documental e de campo. A etapa inicial foi dada a partir de levantamento de publicações, disponíveis em algumas bases, oriundas de fontes primárias ou secundárias (livros e artigos), trabalhos científicos, fornecendo instrumental analítico para a presente pesquisa (VERGARA, 2013). A investigação documental, por sua vez, versou sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Turismo, bem como políticas públicas em Turismo e Economia Solidária – em forma dos planos nacionais e estaduais, por exemplo. A primeira contribuiu para a investigação do turismo enquanto campo educacional, identificando características potenciais que se articulem com a economia solidária. Os planos trouxeram informações sobre como essas áreas dialogam e de que forma as instituições de ensino são contempladas nestas políticas.

Os cursos superiores em turismo escolhidos para a realização desta pesquisa restringiram-se aos de graduação tecnológica, bacharelado e licenciatura de IES públicas do Estado do Rio de Janeiro, entre elas: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Centro de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Universidade Federal do estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), e, por fim, Universidade Federal Fluminense (UFF). De modo a complementar a investigação documental, os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e ementas curriculares destes cursos foram analisados.

### 3.1 Coleta de dados

A coleta da pesquisa documental se deu tanto a partir das DCNs do curso de graduação em Turismo quanto dos PPCs pré-selecionados e as ementas de suas disciplinas, buscando-se identificar se os cursos se aproximam mais da perspectiva economicista/ tradicional ou se contemplam um viés mais crítico. As políticas públicas em Economia Solidária e Turismo foram utilizadas, de forma a localizar interseções entre as áreas, servindo assim como possível reforço às articulações acadêmicas entre elas nos espaços acadêmicos em destaque.

É válido ressaltar que, como critério de escolha de determinadas disciplinas em detrimento de outras, buscou-se inicialmente identificar aquelas que possuem discussões ou temáticas que de alguma forma tangenciem, ou possam se aproximar, da Economia Solidária. Dessa forma, foram consideradas disciplinas da administração e empreendedorismo de forma geral, Turismo Rural, Agricultura Familiar, Turismo de Base Local e outras. Por fim, optou-se por considerar ainda as disciplinas referentes a políticas públicas, entendendo que existem documentos legais que articulam economia solidária e turismo de maneira direta, como exemplo a Lei 7.884 de 2018 sobre a política estadual de turismo comunitário no estado do Rio de Janeiro.

Além disso, outra fonte de coleta de dados foi o Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPQ). A partir de uma busca específica de cada IES, com o termo “Turismo” e filtros para área de conhecimento, tendo como grande área as “Ciências Sociais Aplicadas” e área principal “Turismo” chegou-se a um dado número de grupos. Pelo quantitativo ser reduzido, optou-se por entrar em cada um, observando suas linhas de pesquisa com respectivos objetivos. Além disso, foram observadas informações que sugeriram ações extensionistas.

A partir das etapas elencadas, foi possível identificar indivíduos-chave contatados para participarem da última etapa desta pesquisa, a entrevista em profundidade, como forma de obter maiores informações que serviram de subsídios para o alcance dos objetivos já explicitados. Foram considerados docentes e tutores (que atuam de forma presencial ou a distância), sobretudo os que atuam ou atuaram em algum dos cursos investigados, em experiências de extensão ou temáticas que sugiram alguma interlocução com os princípios da Economia Solidária.

O tipo de amostragem em “bola de neve” (*Snowball*) foi escolhido para se chegar aos entrevistados, reconhecida por ser uma forma de amostra não probabilística que se apresenta por meio de cadeias de referência. Nesta técnica, os participantes (sementes) indicam novos participantes e assim sucessivamente até que o objetivo da pesquisa seja alcançado, chegando-se ao ponto de saturação (VINUTO, 2014). A entrevista em profundidade permitiu que os participantes expusessem opiniões mais incrementadas (BELK; FISCHER; KOZINETS, 2013). Foram realizadas treze entrevistas com docentes e tutores, por meio da ferramenta Google Meet – em virtude do momento de pandemia vivenciado –, entre março e agosto de 2021. As entrevistas foram gravadas e transcritas, procedeu-se então à análise dos discursos e resultados.

### 3.2 Análises dos dados

A etapa da análise dos dados levantados foi realizada por meio das contribuições de Vieira (2004) referente aos conceitos constitutivos e operacionais, considerados elementos importantes na pesquisa qualitativa. De acordo com esse autor, conceitos constitutivos

consistem na definição dada por algum autor do assunto ou termo que será utilizado, enquanto conceitos operacionais referem-se à como a definição constitutiva será mensurada na realidade. Dessa forma, foi elaborada uma matriz analítica (Quadro 1) com as categorias e subcategorias (atreladas aos conceitos constitutivos) bem como a identificação dos dados que serão investigados e estão atrelados a tais conceitos oriundos da referencial teórico levantado. A matriz analítica subsidiou a análise dos dados coletados em todas as etapas descritas anteriormente.

Quadro 1 - Matriz analítica para pesquisa documental e empírica

Conceitos	Temas	Dados a investigar
<b>Economia Solidária (ECOSOL)</b> Práticas calcadas “em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular” (GOMES <i>et al.</i> , 2007, p.37).	<b>Princípios de ECOSOL</b>	Conhecimento sobre princípios como: solidariedade, cooperação, autogestão, sustentabilidade, entre outros.
	<b>Políticas Públicas de ECOSOL</b>	Interseções entre as temáticas: ECOSOL e Turismo nos Planos Nacional e Estadual (RJ) de ECOSOL.
<b>Turismo</b> Alguns aspectos são levados na conceituação do turismo: o tempo de permanência, o caráter não lucrativo da visita e a procura do prazer por parte dos turistas (BARRETO, 2006). Sua definição acaba incorporando diversas perspectivas ao longo dos anos. A tradicionalmente reconhecida pela lógica economicista, as recentes com viés mais humano, entre outras.	<b>Turismo tradicional</b>	Conhecimento sobre o modelo hegemônico do turismo
	<b>Modelos contra hegemônicos de desenvolvimento do turismo</b>	Características e princípios de turismo solidário e TBC.
	<b>Políticas Públicas de Turismo</b>	Interseções entre as temáticas: Turismo e ECOSOL no Plano do Turismo e legislação Estadual voltada ao Turismo.
<b>Educação e Turismo</b> As atividades de ensino, pesquisa e extensão do turismo precisam ser articuladas de forma que seja possível a construção “holística do futuro profissional que, além das técnicas e das teorias sobre o fenômeno turístico, lhe possibilite articular o conhecimento e a realidade dos destinos turísticos, onde o novo, o incerto, o inesperado são partes integrantes” (FRATTUCCI, PLATAIS, 2013, p. 430).	<b>Ensino</b>	Informações curriculares das instituições de ensino escolhidas referente às disciplinas da graduação e suas articulações existentes e possíveis com ECOSOL
	<b>Pesquisa</b>	Iniciação Científica; Projetos e Grupos de Pesquisa.
	<b>Extensão</b>	Projetos de extensão do turismo que se articulem com a Economia Solidária; ações de incubação.

Fonte: elaborado pelos autores

## 4. Análise dos Resultados

### 4.1 Ensino de Turismo nas IES públicas fluminenses

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2020a) e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior – Cadastro e-MEC (2020b), o estado do Rio de Janeiro encontra-se em segundo lugar em número de IES com cursos de Turismo, são dezessete, atrás apenas de São Paulo, com trinta e três cursos. No Rio de Janeiro, entre as dezessete IES, cinco instituições públicas são objetos de estudo neste trabalho: UFF, UFRRJ, UNIRIO, UERJ, CEFET. Nos PPCs de cada um destes cursos foram buscadas informações sobre: justificativa, objetivo, perfil do egresso e possíveis articulações com os princípios da Economia Solidária.

As justificativas para a oferta dos cursos foram dadas, de maneira geral, em virtude das características locais em relação ao turismo e a demanda por qualificação profissional da região. Este discurso, que contempla a demanda do mercado de trabalho, é ainda mais forte nos

documentos dos cursos tecnólogos, de gestão em turismo, tanto na modalidade presencial quanto a distância, oferecido pelo CEFET-RJ.

Os cursos específicos de Licenciatura da UFRRJ e UNIRIO, responsáveis pela formação de futuros docentes da área, não introduziram uma preocupação direta com o pensamento crítico e formação cidadã do futuro profissional, embora tenham apresentado a necessidade em se entender a dinâmica de um mercado em transformação constante. Houve a preocupação didática de se articular prática e teoria, embora não tenha sido mencionado qual viés tal formação teria.

Os cursos de bacharelado em Turismo da UERJ, UFRRJ e UFF incorporaram em seus objetivos um viés crítico e reflexivo acerca do fenômeno turístico embora estejam direcionados às preocupações do mercado de maneira geral. O curso de bacharelado em Turismo da UNIRIO, por sua vez, baseou sua justificativa ao reformular seu PPC na necessidade de uma discussão mais abrangente sobre o turismo, introduzindo um histórico voltado aos aspectos sociológicos do lazer, defendendo que tais aportes subsidiariam de forma mais completa a dinâmica contemporânea do fenômeno. Sendo assim, se apresentou como o currículo com maior preocupação humana, crítica e cidadã, favorável a articulação com temáticas que busquem essa formação.

Observou-se pelas ementas que a maior ocorrência de disciplinas obrigatórias que estabelecem alguma relação entre o turismo e a Economia Solidária estão nas áreas da Administração, devido a possíveis modelos de gestão em empreendimentos turísticos, políticas públicas e empreendedorismo. As disciplinas que relacionam a Administração ao turismo recorrem a informações sobre as funções administrativas, as áreas funcionais da administração e as teorias administrativas. De caráter introdutório, apesar da possibilidade de relacionar modelos de gestão aderentes a modelos de desenvolvimento alternativo do turismo – com a menção ao cooperativismo – as disciplinas seguem reproduzindo a corrente dominante da gestão, que são complementadas em disciplinas de períodos subsequentes.

As disciplinas que contemplam políticas públicas em Turismo mencionam de maneira geral as Políticas Nacionais do Turismo, órgãos e entidades representativas no país e informações complementares. Embora a UNIRIO se destaque na discussão deste tema por possuir duas disciplinas voltadas para esta temática em seu currículo, de maneira geral não há alusão a qualquer política específica ou articulação com Economia Solidária nos documentos e informações levantadas em relação a tais disciplinas. Além da perda do potencial de articulação entre Economia Solidária e formas alternativas de desenvolvimento do Turismo, esta análise expõe a dissonância entre as disciplinas e a área de políticas públicas, já que variadas menções são feitas à Economia Solidária nos documentos das políticas do Ministério do Turismo, o que evidencia um reconhecimento institucional da confluência entre os campos (CONTI; ANTUNES, 2020). Além disso, a Lei nº 7.884, de 02 de março de 2018, oriunda do Projeto de Lei nº 3598, de 2017, instituiu a Política Pública de Turismo Comunitário no Estado do Rio de Janeiro, reconhecendo o desenvolvimento do turismo em forma de Economia Solidária. A conquista de uma lei que articula as temáticas “Turismo” e “Economia Solidária” de forma tão direta é de extrema relevância para o Estado, faltando este reconhecimento nos cursos da IES analisadas.

Vale destacar ainda a disciplina obrigatória de Gestão de Destinos Turísticos, oferecida aos cursos de licenciatura em Turismo da UNIRIO e UFRRJ, prevê a discussão de aspectos como planejamento participativo, sustentabilidade e desenvolvimento local, a partir da visão do turismo como fenômeno socioespacial. Essa abordagem na perspectiva do território traz muitas oportunidades para a Economia Solidária, não apenas ao visar o fortalecimento e ampliação das redes de cooperação intra e interterritórios, como também sua articulação com outras bandeiras e movimentos populares (SILVA; CARVALHO FILHO, 2018).

Ainda sobre as disciplinas obrigatórias, o curso de bacharelado em Turismo do CEFET – RJ, campus Petrópolis, oferta três disciplinas de cunho obrigatório que têm como tema central

o empreendedorismo, justificando em seu PCC a necessidade de se desenvolver um trabalho mais mercadológico por meio da aplicação de conhecimentos na prática e do fomento da iniciativa empreendedora. Por outro lado, identificou-se uma carência na abordagem desta temática, da possibilidade de integração de um viés social por meio dos conceitos de Empreendedorismo Social e Inovação Social.

Em relação às disciplinas optativas, aquelas de livre escolha pelos alunos, observou-se uma maior diversidade entre temáticas possíveis a serem articuladas com Economia Solidária.

#### 4.2 Pesquisa e extensão em turismo nas IES públicas fluminenses

Foram levantados os Grupos de Pesquisas cadastrados no diretório do CNPQ que estão ativos e cuja descrição sugerisse uma existência ou possibilidade de aderência de debates sobre princípios de Economia Solidária no Turismo. Aquele que possui maior aproximação aos diálogos entre os princípios de Ecosol e Turismo são a linha de pesquisa “Turismo de base comunitária: perspectivas históricas, conceituais, sociopolíticas, culturais e ambientais” do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Turismo (NEPET) da UFRRJ. Como já reforçado ao longo do trabalho por meio de referência bibliográfica utilizada (CONTI; ROCHA; VITEZE, 2018; CONTI; ANTUNES, 2020) bem como por política pública (RIO DE JANEIRO, 2015; 2018), a discussão em torno do Turismo de base comunitária é bem convergente em relação aos princípios de Economia Solidária, já que o capitalismo e suas contradições propiciam tanto o surgimento de novos modelos de gestão baseados em premissas como solidariedade, autogestão e sustentabilidade como também estimula o desenvolvimento de outros modelos de organização do turismo (CONTI; ANTUNES, 2020).

O Grupo de Estudos em Turismo e Sociedade da UNIRIO, ao trazer como linha de pesquisa o Turismo Rural, também apresenta a possibilidade de interlocução entre os temas, visto que outra prioridade do setor é a agricultura familiar (RIO DE JANEIRO, 2015). Nessa mesma direção, o Grupo de pesquisa do CEFET/RJ, Estudos integrados em Turismo e Humanidades, por meio da linha de pesquisa Rede de Estudos em Turismo, Sociedade e Natureza se propõe a debater temáticas decorrentes da relação da sociedade e natureza sob princípios de inclusão social e sustentabilidade (SINGER, 2002), ou seja, princípios que convergem com os de Ecosol.

A UFF, por sua vez, por meio do grupo TGTur - Turismo, Gestão e Territórios, foca em uma perspectiva interdisciplinar que traz como linhas de pesquisa temáticas que abrangem políticas públicas e governança no turismo bem como trabalho, espaços e territórios, estimulando um olhar crítico nestas frentes. Como já verificado nas disciplinas de políticas públicas dos cursos de Turismo, existe uma lacuna sobre o conhecimento de políticas que tratem, mesmo que de forma transversal, TBC, apesar da existência de três leis estaduais e um projeto de lei que instituem uma política pública deste modelo de turismo .

A linha de pesquisa Turismo, Planejamento e Desenvolvimento do NEPET – UFRRJ também se propõe a estabelecer discussões sobre políticas públicas e planejamento do turismo, inserindo-se no mesmo contexto que o último grupo citado. Pensar em planejamento do turismo remete ao entendimento de sua organização. À medida que se entende TBC como uma forma de organização do turismo e Economia Solidária como um modo de organização de atividades econômicas (CONTI; ANTUNES, 2020) e ambos possuem princípios comuns que entre eles destaca-se o protagonismo do indivíduo (SINGER, 2002) fica mais evidente as possibilidades de diálogos entre as áreas.

A última linha de pesquisa exposta do NEPET – UFRRJ, denominada Observatório do Turismo e Lazer da Região Turística Baixada Verde, que enfoca em diversas discussões relativas ao desenvolvimento local e regional e construção de instrumentos de planejamento de turismo e lazer. Como um dos resultados deste observatório, tem-se o projeto de extensão denominado “Observatório do Turismo da Região Turística Baixada Verde: a extensão universitária para o fomento do desenvolvimento regional” que congrega docentes e discentes

em prol de ações de apoio à gestão pública dos municípios da Baixada Fluminense e desenvolvimento desta região com a previsão de proposta de cooperativismo e Economia Solidária.

É importante destacar as possibilidades de extensão realizadas com parceria entre as IES de forma a estimular a troca e mobilidade interinstitucional de alunos e professores (BRASIL, 2018). Assim, encontram-se as parcerias e intercâmbios interinstitucionais que visam o estabelecimento de discussões acerca de temáticas afins que incorporam os princípios de Economia Solidária – entre eles o de sustentabilidade, autogestão e solidariedade. Exemplo disso ocorre entre a UFRRJ e a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) por meio da “TBC-REDE: Turismo de Base Comunitária para o Brasil e para o Mundo”

#### 4.3 Economia solidária e Turismo: um olhar dos atores dos cursos de turismo das IES públicas fluminenses

Os entrevistados desta pesquisa possuem entre 34 e 50 anos de idade, sendo quatro homens e nove mulheres, três tutores a distância e dez professores efetivos. É válido informar que quatro dos treze entrevistados acumulam o cargo de coordenador de disciplina dos cursos oferecidos na modalidade semipresencial por meio do Consórcio CEDERJ, sendo dois do curso Tecnólogo em Gestão de Turismo do CEFET/RJ e dois do curso de Licenciatura da UFRRJ e UNIRIO. A maioria (dez de treze) é composta por turismólogos – alguns oriundos das próprias IES objetos do presente estudo. O restante provém de formação das ciências sociais aplicadas e ciências humanas.

##### 4.3.1 Impressões sobre os cursos de turismo

Os problemas quando expostos em uma abordagem sob vários enfoques que estimulam a capacidade reflexiva dos alunos por meio da observação, análise e síntese, podem proporcionar críticas transformadoras (PANOSSO NETO; NECHAR, 2014). Acredita-se assim que uma orientação mais crítica tem potencial aproximação com a discussão de temas como os que este trabalho se propõe a investigar.

Sobre o desenvolvimento de práticas pedagógicas para o espírito crítico científico no aluno, percebeu-se que o estímulo à criticidade é pouco justificado pelas propostas curriculares ou pela IES, mas sim por meio da atuação dos docentes em sala de aula ou atividades de pesquisa e extensão. A figura do docente é marcada nos discursos como de grandes responsabilidades, sobretudo quando se reflete sobre seu papel na formação do aluno, condução do conteúdo e participação nas proposições curriculares do curso (CHIMENDES *et al*, 2018).

No entanto, os docentes acreditam que o potencial de criticidade e formação mais humana ainda não foram alcançados dentro desses espaços acadêmicos. Foi mencionado nas entrevistas que os cursos de Turismo, incluindo os seus currículos, tendem a ter um direcionamento, mais ou menos crítico, segundo o perfil dos seus professores.

Nesse sentido, os PPCs das instituições pesquisadas podem sugerir os vieses de formação de cada curso. O curso da UERJ, por exemplo, tem origem no departamento de Geografia e seu colegiado é composto por docentes vinculados à área, o que explica a aproximação de conceitos como o de desenvolvimento territorial. O curso da UNIRIO, por sua vez, possui proximidade com a escola de Museologia e, portanto, acaba se pautando em temáticas que englobam aspectos culturais e de patrimônio.

Nos discursos, foi observado que quase todos os entrevistados sinalizaram que os PPCs estão desatualizados e passando por um processo de revisão, já que as instituições buscam modificar/complementar os conteúdos a partir da introdução de temáticas que reflitam as transformações dos últimos anos. Acredita-se, inclusive, que o contexto pós-pandemia irá reforçar mais ainda a necessidade de mudanças curriculares, da dinâmica do ensino e do próprio fenômeno do turismo que são aspectos a serem considerados na formatação e atualização desses documentos.

Independente do viés predominante de cada curso, o que pode ser observado no conteúdo dos discursos dos entrevistados é a ideia de que o aluno de turismo ao longo de sua trajetória acadêmica precisa ter uma visão holística sobre o turismo como fenômeno e toda sua complexidade. Ficou evidente a necessidade de o aluno ser apresentado às possibilidades de desenvolvimento do turismo sob um viés diferente do tradicional, contra hegemônico. Ou seja, “os impactos do modelo de desenvolvimento do turismo instigam reflexões sobre a necessidade de mudar a lógica e de aperfeiçoar o desenvolvimento e a sociedade” (CORIOLANO; TAVARES, 2015, p.168).

De maneira geral, as informações acerca dos projetos curriculares, de pesquisa e das entrevistas resultam em um ambiente propício ao debate que se aproxima da Economia Solidária, indicando inclusive a existência de iniciativas na discussão tanto em sala de aula – como ocorre na UNIRIO – bem como em ações de pesquisa e extensão – fomo foi observado na UFRRJ.

#### *4.3.2 Entendimento sobre Economia Solidária e suas interlocuções com o Turismo*

Sobre a relação entre o Turismo e a Economia Solidária, percebeu-se que quanto mais multi/interdisciplinar a formação dos docentes, maior o seu reconhecimento, sobretudo quando voltados para áreas de interesse como desenvolvimento territorial, turismo rural, sustentabilidade e ciências sociais de forma geral.

A autogestão, senso de colaboração e solidariedade surgiram nas entrevistas como elementos de grande relevância na tentativa de se definir Economia Solidária, capazes de em consequência destes, alcançar princípios já elencados como participação, igualdade, promoção de justiça social e sustentabilidade.

De maneira geral, com exceção de um participante, todos conseguiram identificar aproximações entre Economia Solidária e TBC, citando experiências desse modelo de desenvolvimento com articulações entre os temas, ressaltando o protagonismo dos indivíduos e assim, a necessidade de se enxergar o turismo como prática social, além da valorização de vivências entre visitantes e visitados bem como o senso de colaboração e solidariedade entre prestadores de serviços turísticos (IRVING, 2008; CORIOLANO; TEXEIRA, 2018).

Conti e Antunes (2020) ratificam essa informação ao mencionarem o Edital MTur nº 001/2008 como marco que reforçou uma perspectiva de articulação direta entre turismo e Economia Solidária, por ter atribuído ao TBC a ideia de “um modelo alternativo de desenvolvimento do turismo baseado na autogestão, no associativismo/cooperativismo e, principalmente, no protagonismo das comunidades locais, visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos da atividade turística” (CONTI; ANTUNES, 2020, p.122).

Além disso, os autores apontam que o edital admitiu como linha temática o apoio às ações de Economia Solidária, voltadas à formação de empreendimentos econômicos dentro da cadeia produtiva do turismo. Em outras palavras, o conteúdo do edital sugere o reconhecimento institucional do Ministério do Turismo – principal órgão responsável pelas políticas públicas em turismo no país – que o TBC deveria estar diretamente relacionado à Economia Solidária.

Sobre os termos turismo comunitário (CORIOLANO; TAVARES, 2016; CORIOLANO, TEXEIRA, 2018) e turismo solidário (FORTUNATTO, 2014), sua ligação ao conceito de Economia Solidária é incontestável, principalmente quando observados o PNES de 2015 e o Plano Estadual de Economia Solidária do estado do Rio de Janeiro (2017). O primeiro adota o termo “turismo solidário” enquanto o segundo se apropria da concepção de TBC.

Em outras palavras, o PNES 2015 evoca o turismo de forma tímida, como linha de ação, a partir de um programa em turismo solidário capaz de utilizar o potencial turístico local bem como empreendimentos solidários, povos e comunidades tradicionais ao lado de programas permanentes de prevenção da degradação e turismo sexual. O plano estadual, por sua vez, traz o TBC de forma bem mais explícita, tendo como proposição o fomento e apoio a iniciativas de turismo comunitário. Na realidade, o estado do Rio de Janeiro se adianta na discussão em torno

do TBC e Economia Solidária e, em 2018, instituiu a política sobre turismo comunitário no Estado, a partir da lei n. 7.884/2018.

Caberia entender a gama de aspectos que tanto o TBC quanto o turismo solidário abrangem, sem restringi-los a um segmento a ser comercializado, mas sim a partir de uma filosofia a ser desenvolvida em diferentes níveis e contextos, tendo em vista inúmeros segmentos dentro do turismo, entre eles: o ecoturismo, turismo rural, turismo religioso entre outros. Eventualmente, as áreas rurais – e por consequência os segmentos incluídos nesses ambientes – são mencionadas pelos respondentes, com ênfase na agricultura familiar. Nesse contexto, houve o reconhecimento da economia solidária como possível modelo de gestão de forma a organizar a economia local.

#### *4.3.3 Princípios de Economia Solidária relacionados ao Turismo na tríade ensino-pesquisa-extensão*

As diretrizes da extensão na educação superior (Art.5, inciso I) estão ancoradas na ideia da “interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social” (BRASIL, 2018, p.2). O turismo, especificamente, confere uma importância às vivências seja na perspectiva do turismo cultural (GASTAL; MOESCH, 2007), no conceito de TBC (IRVING, 2008; CORIOLANO; TAVARES, 2016) ou de turismo solidário (FORTUNATO, 2014). Assim, acredita-se que ações acadêmicas do curso de Turismo que desenvolvam essas relações venham a corroborar de forma significativa a formação do aluno, bem a como a sociedade.

Foram citadas mais ações extensionistas oriundas da UFRRJ e da UNIRIO. Sobre a primeira instituição, identificou-se que o Projeto Sabor do Tinguá tratou o tema graças às discussões em torno de modelos de gestão como associações e cooperativas, identidade local e Economia Solidária de forma direta por meio das oficinas de capacitação destinadas aos produtores locais; o projeto no Aventureiro trabalhou iniciativas associativas e TBC na localidade na Ilha Grande (Angra dos Reis-RJ); e o projeto da Baixada Verde atua no planejamento turístico dessa região que engloba dez municípios da Baixada Fluminense em que consta também a pesquisa em torno das iniciativas de Economia Solidária e economia criativas (FOGAÇA et al, 2020).

A UNIRIO, por sua vez, traz projetos de pesquisa e ensino que dialogam diretamente com economia solidária e TBC, mais que qualquer um citado. As ações tiveram um direcionamento maior para a cidade do Rio de Janeiro e de Maricá. No entanto, como observado anteriormente, os resultados indicaram que “o TBC só tende a ganhar aproximando-se, na prática, da economia solidária” (CONTI; ROCHA; VITEZE, 2018, p. 19).

Como prática de ensino fora da sala de aula, foi sinalizado a realização de visitas técnicas para a Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Solidários Sustentáveis (ITESS) do CEFET/RJ que possui projetos de incubação em turismo. O docente responsável pela ITESS atribui significativa importância a essas atividades por serem complementares a teoria em sala, colaborando para o entendimento do aluno sobre as reais possibilidades de empreendimentos que trabalham com economia solidária. Infelizmente, o momento pandêmico fez com que as atividades fossem suspensas.

Ainda no CEFET, campus Nova Friburgo-RJ, foram identificados dois projetos de extensão. Um voltado ao turismo pedagógico a partir da apropriação da identidade local dos alunos enquanto moradores da cidade onde residem e outro que visa o fomento do turismo rural e agricultura familiar por meio da roteirização de pequenas propriedades rurais, com objetivo de promover renda complementar aos produtores. Os objetivos de ambos projetos dialogam com os princípios do TBC e economia solidária.

Um projeto de extensão da UFF envolve o turismo rural e a agricultura familiar que contemplam roteiros de TBC, indicando a possibilidade da existência de debates afins nas

práticas docentes dos mesmos e/ou no próprio curso de bacharelado da instituição, já que alguns professores da pós-graduação da UFF lecionam nesse espaço.

Diferente das ações até então descritas, a UERJ contemplou um programa de extensão, com escopo bem mais amplo, voltado à disseminação do conceito de Turismo Solidário, ligado à economia solidária (FORTUNATO, 2014). Tal programa congregou alguns projetos significativos de extensão, inclusive o “Construindo Laços” que se tornou o embrião da Rede de Brasilidade Solidária, uma Organização não Governamental (ONG) presidida por uma ex-aluna da UERJ.

As consequências trazidas pelo momento pandêmico desde março de 2020 em virtude do Covid-19, sobretudo no que tange a dinâmica do turismo, foi um ponto de grande relevância relatado. Identificaram-se ações de pesquisa, com indicadores concretos sobre a queda da receita mundial do turismo como atividade, e mais especificamente sobre algumas localidades que tratam o turismo como atividade econômica principal. Ressaltaram-se impactos alarmantes decorrentes principalmente da necessidade de isolamento social no momento pandêmico, reforçando assim a necessidade de se pensar em uma nova forma de economia e de desenvolvimento do turismo.

Esse pensamento vai ao encontro da mentalidade de alguns autores que consideram que é provável que o turismo tradicional massificado decorrente desta lógica hegemônica dará um espaço maior a outros tipos de turismo, que prezem por maior sustentabilidade e seja mais humano (FIGUEIRA et al, 2020)

## **5. Conclusão**

Para investigar o diálogo dos cursos de turismo com a Economia Solidária foi necessário compreender a orientação da formação dos discentes por meio da análise de documentos como os PPCs e ementas de disciplinas. Essas análises sinalizaram cenários mais favoráveis à articulação desse turismo alternativo nos cursos presenciais da UNIRIO, UFRRJ, UFF e UERJ.

Nas experiências e definições de TBC e turismo solidário existem convergências com a Economia Solidária, em especial no que se refere ao sentido de solidariedade, participação cidadã, justiça social, emancipação do indivíduo, sustentabilidade, sentido coletivo de vida em sociedade e desenvolvimento local.

Não foram identificadas disciplinas – obrigatórias ou eletivas – nos cursos pesquisados que discutissem a Economia Solidária, embora haja potencial inserção desse assunto em disciplinas sobre turismo rural, políticas públicas, modelos de gestão e temas afins.

Ações que dialogam e favorecem a articulação entre turismo e economia solidária foram encontradas em projetos e programas de pesquisa e extensão articuladas ao ensino com diferentes finalidades e objetos, cujas ações assumem propostas dialógicas com a sociedade a partir das vivências e trocas de saberes locais e acadêmicos, reforçando o papel social das IES.

Ficou destacada, pelos relatos, a importância em se sensibilizar o corpo docente dos cursos para uma educação crítica e reflexiva, mas também solidária capaz de desenvolver a transformação da mentalidade de professores e alunos a partir de laços de solidariedade e cooperação, sobretudo no contexto de pandemia que reforçou a necessidade de conscientização do coletivo em prol do bem comum.

Como limitações deste estudo pode-se ressaltar, a indisponibilidade de alguns atores, potenciais entrevistados que acabaram não respondendo a solicitação de entrevista e, por isso, o trabalho não contou com a contribuição de alguns atores, como docentes da UFF. Além disso, a necessidade de utilização do ambiente virtual para a realização das entrevistas em decorrência do afastamento social pela Covid-19, se por um lado foi positivo pelo fato de o entrevistador e entrevistado estarem em um local seguro e sem precisar se deslocar, por outro lado infere uma dependência de uma infraestrutura tecnológica adequada que por vezes restringe o tempo e a qualidade do contato com o entrevistado.

Sobre o levantamento de documentos, sobretudo os PPCs, percebeu-se que muitos se encontram desatualizados, mas em processo de reformulação. Os entrevistados trouxeram perspectivas otimistas em relação à inserção de conteúdos que relacionem a Economia Solidária e o turismo. Portanto, como agenda de pesquisa seria interessante uma continuidade para acompanhar se a atualização desses documentos irá incorporar, de fato, seja em termos de organização e gestão, seja em termos de políticas públicas, a temática da Economia Solidária.

Ainda, como agenda de pesquisa, existe tanto a possibilidade de mapear as ações de pesquisa-ensino-extensão, englobando as possíveis contribuições das instituições privadas do Estado do Rio de Janeiro, bem como incorporar à pesquisa espaços acadêmicos que se propõem a trabalhar com os temas sem estarem necessariamente dentro dos cursos de turismo, como os casos mencionados da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRJ e CEFET/RJ, assim como programas e projetos oriundos do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da UFRJ com enfoque em TBC.

Este trabalho revela a necessidade e urgência de se pensar o Turismo de forma mais crítica, bem como os seus cursos, não apenas sob a ótica da lógica economicista e de acumulação. Nesse sentido a Economia Solidária seria um caminho temático complementar a um modelo de turismo mais sustentado. Acrescido a isso, acredita-se na sua relevância social por ser importante entender de que forma os espaços acadêmicos voltados ao turismo podem promover essa discussão de um turismo mais solidário, mais comprometido com os problemas sociais, refletindo sobre maneiras de se atenuar situações de desigualdade e exploração que se faz urgente, sobretudo em razão das drásticas consequências decorrentes da pandemia do novo Coronavírus.

Finalmente, como contribuição gerencial, reforça-se a importância da universidade no contexto de políticas públicas do turismo e da economia solidária como promotora de ações, ensino e pesquisas que promovam outra forma de economia e de turismo com vistas a uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

### **Referências Bibliográficas:**

- ANSARAH, Marília Gomes dos Reis. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2002.
- BARRETTO, Margarita. **Manual de Iniciação de estudos ao turismo**. Papirus: Campinas, 2006. 160 p.
- BELK, Russell; FISCHER, Eileen; KOZINETS, Robert V. **Qualitative Consumer and Marketing Research**. London: Sage, 2013.
- BENI, Mario Carlos; MOESCH, Marutscka. A Teoria da Complexidade e o Ecosistema do Turismo. **Revista Turismo Visão e Ação**, v. 19, n. 3, set/dez. 2017.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 25 jul 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category\\_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 20 out 2021.
- CHIMENDES, Vanessa Cristhina Gatto *et al.* Práticas pedagógicas para desenvolver o espírito crítico científico no aluno. **Revista Espacios**, n. 49, v. 39, 2018. Disponível em: <<http://www.revistaespacios.com/a18v39n49/18394910.html>>. Acesso em: 19 set 2021.
- Consórcio CEDERJ. Disponível em: <<https://www.cecierj.edu.br/consorcio-cederj/>>. Acesso em: 12 set 2021.

CORIOLOANO, Luzia Neide. **O Turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza**. São Paulo: Annablume, 2006. 238 p.

CORIOLOANO, Luzia Neide; TAVARES, Jean Max. Economia solidária em contraponto à clássica: indícios de mudanças no turismo e na sociedade. **Tourismos**, v.11, 2 ed, 2016, p. 1-21.

CORIOLOANO, Luzia Neide; TEXEIRA, Maria Fernanda. Turismo comunitário na busca do desenvolvimento à escala humana em Icapuí – Ceará. **Rev. FAEEBA – Ed. e Contemp.**, Salvador, v. 27, n. 52, 2018. p. 89-100.

CONTI, Bruna Ranção, ANTUNES, Diogo de Carvalho. Turismo e Economia Solidária: uma aproximação relutante. *Rosa dos Ventos Turismo e Hospitalidade*, v. 12, n.1, 2020. p.106-128.

CONTI, Bruna Ranção; ROCHA, Luiz Ricardo Villela Gonçalves da; VITEZE, Natália de Nery. Economia Solidária e Turismo de Base Comunitária: Conexões Teóricas e os movimentos sociais no estado do Rio de Janeiro. **Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo**, v. XII, p. 1-21, 2018

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Estado e Educação no Brasil: o Caso do Ensino de Turismo. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Universidade de Brasília, set, 2006.

FELIX, Felipe Gonçalves. Alternativas para um turismo humanista: a política nacional de turismo da Venezuela e suas contribuições para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

FIGUEIRA, Luís Mota; BAPTISTA, Cecília; SANTOS, Natércia; DIONÍSIO, Marta. Turismo e Crise Sanitária Mundial: um olhar sobre a adaptação resiliente. In: FIGUEIRA, Luís Mota (Org.) **Turismo Mundial, Crise Sanitária: visões globais partilhadas**. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 2020.

FOGAÇA, Isabela *et al.* Observatório de Turismo e Lazer na região turística Baixada Verde: experiência e resultados. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 20, n.1, 2020. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/1754/672>>. Acesso em: 20 out 2021.

GASTAL, Suzana; MOESCH, Marutschka. **Turismo, Políticas Públicas e Cidadania**. São Paulo: Aleph, 2007.

GOMES, Fabiana Pereira et al. Introdução a economia solidária. In: Formação em Economia Solidária. Projeto Casa Brasil, 2007.

FORTUNATO, Rafael Ângelo. Turismo solidário: em busca de um conceito. In: MARAFON, Glaucio José; SOTRATTI, Marcelo Antonio; FACCIOLI, Marina. Turismo e território no Brasil e na Itália novas perspectivas, novos desafios. [online]. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014, p. 67-94. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/z9wz8/pdf/marafon-9788575114452.pdf#page=64>>. Acesso em: 25 jul 2022.

FRATUCCI, Aguinaldo Cesar; PLATAIS, Breno Brasil Teixeira. A atuação do GTTAP-UFF no processo de gestão do Parque Estadual da Serra da Tiririca, RJ: conjugando ensino-pesquisa e extensão. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, p.425-440, dez. 2013.

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária inovar é possível? IN: BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2008. p. 108 - 141.

LAZIER, Josué Adam. Manifesto de Córdoba e a construção da cidadania. **Conecte-se!** Revista Interdisciplinar de Extensão. v. 2. nº 4. 2018. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/conecte-se/article/view/18936/13944> Acesso em 25 jul 2022.

LEAL, Kamila Soares; RODRIGUES, Marisa de Sá. Economia Solidária: Conceitos e princípios norteadores. **Revista Humanidades e Inovação**, v.5, n. 11, 2018.

MAZZILLI, S. (2009) Orientação de Dissertações e Teses: em que consiste? Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, 2009.

MORALEDA, Laura Fuentes; MAZÓN, Ana Muñoz; IZQUIERDO, Sara; Rodríguez. El Turismo Solidário como instrumento de desarrollo: un estudio de caso para analizar las principales motivaciones de los turistas solidarios. **Cuadernos de Turismo**, n. 37, 2016, Universidad de Murcia Murcia, España. p. 227-242.

PANOSSO NETTO, Alexandre; NECHAR, Marcelino Castillo. Epistemologia do Turismo: Escolas teóricas e proposta crítica. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, São Paulo, n. 8, v.1, p. 120 – 144, jan/mar. 2014.

PINHEIRO, D.; PAES DE PAULA, A. P. Autogestão e Práticas Organizacionais Transformadoras: Contribuições a Partir de um Caso Empírico. *Desenvolvimento em Questão*, v. 14, n. 33, p. 233-266, 10 jul. 2015.

PAULA, Ana Paula Paes de et al. A Economia Solidária e a questão do imaginário: em busca de novas perspectivas. *O&S*, Salvador, v.18, n.57, p. 323-333, abr/jun. 2011.

PINTO, Débora Beron; MOESCH, Marutschka Martini. Práticas turísticas fundando novas teorias - O caso da linha turismo em Porto Alegre. In: III Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul. 2005. Disponível em: <<https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/gt8-praticas-turisticas.pdf>>. Acesso em: 25 jul 2022.

RIO DE JANEIRO. Institui a política estadual de turismo comunitário no estado do Rio de Janeiro e da outras providências. 2018.

SILVA, Franciele Jacqueline Gazola da; ANDRADE, Sandra Mara Santos; MAZZILLI, Sueli. Extensão universitária como prática formativa e projeto institucional: um olhar a partir da pedagogia universitária. In: Colóquio Internacional sobre Gestión Universitária em América Del Sur, 10, Anais [...]. Mar Del Plata, 2010.

SILVA, Regilane Fernandes da; CARVALHO FILHO, Manoel Vital de. Território E Economia Solidária: relações relevantes para a construção do desenvolvimento sustentável. *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. n. 64, abril 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8392>. Acesso em: 25 jul 2022.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

WEBERING, Susana. Iglesias. Cooperative cooperation: Being, doing, and becoming. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 24, n. 6, 2020. p. 567-581.

SOGAYAR, Roberta Leme; REJOWSKI, Mirian. Ensino Superior em Turismo em busca de novos paradigmas: problemas, desafios e forças de pressão. *Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica*, v. 13, n. 3, p. 282–298, set-dez 2011.

VERGARA, Sylvia. **Projetos e relatórios de pesquisa e administração**. São Paulo: Atlas. 2013.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa em Administração. In VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Déborah Moraes (Orgs.). *Pesquisa qualitativa em Administração*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VINUTO, Juliana. A amostragem em Bola de Neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 25 jul 2022.

ZAOUAL, Hassan. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? IN: BARTHOLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan (Org). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2008. p. 55-75.